

repertórios imagéticos e discursivos propostos pelo ecofeminismo de inspiração neopagã. O recorte cronológico desta investigação tem como marco inicial a obra de Monica Sjöö, *God Giving Birth* (1968) e como marco final a obra *7000 Oak Trees*, de Joseph Beuys (1982). Pretende-se refletir também sobre a repercussão destas ideias em trabalhos realizados por artistas portugueses no mesmo período, especialmente sobre a obra de Clara Menéres. A pesquisa terá como principal abordagem metodológica os estudos culturais (Williams, 1977) e das culturas visuais (Mirzoeff, 2011). Como conclusão, apontam-se algumas características da representação do sagrado na arte contemporânea como um sacralidade não-institucional, mística e imanente.

Palavras-chave: ecofeminismo, sagrado, land art, feminismo, neopaganismo

Nota Biográfica: Daniela Cordovil é doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. Realizou pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Atualmente cursa doutoramento em Estudos Artísticos na Universidade Nova de Lisboa.

Música e política nos teatros lisboetas nos primeiros anos da República (1910-1917)

Luís Miguel Santos

Resumo: No rescaldo do 5 de Outubro de 1910, várias foram as instituições da vida cultural lisboeta que experimentaram o impacto do processo revolucionário. O Teatro de S. Carlos, histórico baluarte monárquico, de imediato se viu envolvido numa situação de impasse ditada por vários factores, não pouco pelas divergências entre diferentes facções do regime relativamente à sua função. Em sentido contrário, o recém-designado Teatro da República evidenciou desde logo um novo fôlego na sua actividade, a que não terá sido alheia a aproximação mútua entre a respectiva empresa e uma determinada ala republicana. Foi no seu âmbito que, em finais de 1911, foi lançada a Orquestra Sinfónica Portuguesa, um agrupamento que se destaca na história cultural portuguesa como a primeira orquestra permanente de concertos públicos bem-sucedida, cuja actividade se manteria com regularidade até à sua dissolução em 1928. Entretanto, ainda em finais de 1913 era fundado o Teatro Politeama, cuja actividade parece desde o início ter contado

com o apoio de uma área política alargada oposta à anterior. O novo espaço incluía igualmente a iniciativa de uma orquestra sinfónica, que aí se apresentou regularmente em concertos públicos até 1925, tendo dado origem a um interessante fenómeno de concorrência empresarial em que não deixava de se observar também uma importante dimensão de controvérsia política. Conquanto se careça ainda de um olhar global sobre a actividade desenvolvida por estes (e outros) teatros lisboetas da época, um exame preliminar da sua programação teatral, musico-teatral e sinfónica sugere que terão estado envolvidos na luta pela dominação simbólica em curso e que nela terão desempenhado um papel que importa conhecer. É precisamente esta questão que a presente comunicação se propõe abordar, no intuito de desvendar um pouco da relevância que os teatros lisboetas assumiram na vida política, social e cultural durante o período considerado.

Palavras-chave: República, teatros, música, política

Nota biográfica: Luís Miguel Santos é doutorando em Ciências Musicais Históricas na FCSH/NOVA. A sua dissertação debruça-se sobre a música sinfónica em Lisboa no período 1910-1933. Realizou o Curso de Piano no Conservatório Nacional (2006), e na FCSH/NOVA obteve a Licenciatura (2007) e o Mestrado (2010) em Ciências Musicais. É investigador do CESEM desde 2007, integrando actualmente o Grupo de Investigação em Teoria Crítica e Comunicação. Foi distinguido com o Prémio Joaquim de Vasconcelos 2016 pela SPIM. Colabora ainda regularmente na redacção de textos musicológicos com a Casa da Música, o Teatro Nacional de S. Carlos e a Fundação Calouste Gulbenkian.